ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 42.771.949/0018-83
NIRE 3530051760-1

Ata da Reunião do Conselho de Administração
realizada em 19 de outubro de 2026

1. **DATA, HORA E LOCAL**: Realizada no dia 19 de outubro de 2026, às 17:00 horas, de forma híbrida, por meio de videoconferência e na sede social da Alliança Saúde e Participações S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, nº 59, Pavimento: Piso Superior, Paraíso, São Paulo, SP, CEP: 04.006-050 ("Companhia").

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo como convidado o Sr. Rafael Martins (Relações com Investidores).

3. **MESA**: José Luiz Mendes Ramos Junior – Presidente; Vinicius Aló Alves Ferreira – Secretário.

4. **ORDEM DO DIA:** (i) tomar conhecimento das atualizações financeiras, operacionais e corporativas da Companhia; (ii) tomar conhecimento do andamento do procedimento de recuperação extrajudicial da Companhia (iii) tomar conhecimento do pedido de transação tributária individual protocolado pela Companhia perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN; (iv) tomar conhecimento do cronograma de aprovação e divulgação das Informações Trimestrais – ITR; e (v) tomar conhecimento de outros assuntos de interesse da Companhia.

5. **DELIBERAÇÕES E REGISTROS:** Instalada a reunião, o Presidente da Mesa, Sr. José Luiz Mendes Ramos Junior, procedeu à apresentação dos temas constantes da Ordem do Dia, com o apoio do Sr. Rafael Martins, da área de Relações com Investidores, tendo os membros do Conselho de Administração, após exame e discussão das matérias, registrado e deliberado, conforme o caso, o quanto segue:

5.1. Atualizações Operacionais e Financeiras

Os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento, por meio de apresentação realizada pela Administração, das atualizações operacionais e financeiras da Companhia, destacando-se os seguintes pontos:

(a) Marcas e Unidades: Foi informado que a Companhia conta, atualmente, com 82 (oitenta e duas) unidades em operação, sendo as marcas mais representativas, em termos de receita, a T.K.S. – CBD (São Paulo), a Axial (Minas Gerais), a RBD (PPP – Bahia) e a Delfin SAJ (Bahia).

(b) Produção e Receita: Foi apresentada a produção acumulada no período de janeiro a outubro de 2026, no montante aproximado de R$ 660.000.000,00 (seiscentos e sessenta milhões de reais), o que representa decréscimo de cerca de 29% (vinte e nove por cento) em relação ao mesmo período do exercício de 2025. A Administração esclareceu que tal variação decorre, principalmente, (i) do modelo de gestão da Companhia que existia, pela geração de receita a qualquer custo, que trouxe impactos econômicos e operacionais. Tal modelo está sendo substituído pela reestruturação em curso, que promoveu a revisão para uma atuação pautada no

planejamento das operações, como por exemplo, mediante a adoção de agendas inteligentes, o mapeamento das principais fontes pagadoras e a avaliação dos horários disponíveis (slots), de forma a otimizá-los, bem como mediante investimentos em equipamentos, com a expectativa de ganho de eficiência operacional e de incremento de receita; e (ii) das paradas de equipamentos ocorridas no primeiro semestre do exercício de 2026, que impactaram a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Atendimento Digital: Registrou-se que a implementação do atendimento digital proporcionou melhoria na captação de pacientes, inclusive no segmento de atendimento particular.

(d) Insumos e Otimização dos Atendimentos: Foi informado que a operação logrou estabilizar o fornecimento de insumos, bem como promoveu a otimização dos atendimentos, inclusive mediante a redução da realização de exames de menor rentabilidade para a operação.

(e) Margem Bruta: Foi apresentada a estimativa de margem bruta na faixa de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento), estando o respectivo número em fase de fechamento pela área de contabilidade, tendo-se observado melhora do indicador, não obstante a redução do número de unidades em operação.

(f) Fluxo de Caixa: Foram apresentados os números referentes ao fluxo de caixa da Companhia, demonstrando a sua estabilidade nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026 (1º trimestre), fluxo de caixa dos três primeiros meses de 2026, pontuando que, embora o negócio gere fluxo de caixa operacional de forma estável e alinhada ao ano anterior, as obrigações de financiamento exigem aportes superiores à geração interna. A liquidez foi impactada pela prorrogação de pagamentos de fornecedores e pela medida cautelar protocolada no início de março. A auditoria do primeiro trimestre segue em andamento, com previsão de entrega de material revisado para o final da semana seguinte, enquanto as apresentações dos trimestres anteriores estão agendadas para 3 de novembro (primeiro trimestre), 4 de dezembro (segundo trimestre) e 28 de dezembro de 2026 (terceiro trimestre).

(g) Formulário de Referência: Foi informado que o prazo para apresentação do Formulário de Referência – FRE foi prorrogado por 1 (um) mês, em razão, inclusive, de ainda se encontrar pendente a eleição do Diretor Presidente da Companhia, registrando-se que, a deliberação voltou a ser tratada e que o tema retornará em breve para nova apresentação aos Conselheiros e deliberação definitiva.

(h) Engenharia: Foram apresentadas as questões estruturais relativas ao sistema de refrigeração dos equipamentos, notadamente quanto à necessidade de investimento para substituição dos chillers, de forma a aprimorar a refrigeração do parque de equipamentos. Informou-se, ainda, que se encontram em fase de encaminhamento contratos de manutenção preventiva e emergencial a serem celebrados com a Bluehealthy e a G.E., os quais deverão conferir maior eficiência e celeridade à manutenção do parque de equipamentos que, embora mais antigo, terá preservada a sua disponibilidade operacional. Por fim, registrou-se que para financiar esses investimentos focados em máquinas de maior margem, a Companhia estuda uma captação de aproximadamente R$30 milhões de reais via antecipação de recebíveis de cartão de crédito.

5.2. Recuperação Extrajudicial e Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Foi apresentado aos membros do Conselho de Administração resumo da cronologia do procedimento de recuperação extrajudicial da Companhia, desde o ajuizamento da medida cautelar, registrando-se que, encerrado o prazo para apresentação de impugnações, estas foram em número reduzido, versando, majoritariamente, sobre o valor dos créditos.

Com relação à Vórtx, foi informado que os debenturistas têm manifestado interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia.

A Administração informou que envida esforços para a obtenção da sentença de homologação do plano de recuperação extrajudicial até 15 de dezembro de 2026, mediante a realização de diligências recorrentes junto ao Juízo para a prestação de esclarecimentos aos credores e ao próprio Juízo, sendo que, uma vez homologado, o plano será cumprido nos termos nele previstos.

Quanto ao quórum de adesão ao plano, foi informado que, do percentual de 54% (cinquenta e quatro por cento) inicialmente apresentado, foram obtidos novos termos de adesão, alcançando-se, atualmente, percentual entre 57% (cinquenta e sete por cento) e 58% (cinquenta e oito por cento). Indagado pelo Conselheiro Thalis acerca do impacto de eventual adesão da Vórtx, o Sr. José Ramos informou que, em tal hipótese, estima-se que o percentual de adesão supere 70% (setenta por cento), tendo sido registrado que a primeira opção prevista no plano se mostra a mais vantajosa para a Companhia.

5.3. Transação Tributária

Foi informado que, em 16 de outubro de 2026, a Companhia protocolou pedido de transação tributária individual perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, tendo sido obtida a revisão da classificação da capacidade de pagamento (CAPAG) da Companhia para "D", o que possibilitou a apresentação do pleito em enquadramento mais favorável, na ordem de 85% (oitenta e cinco por cento) de descontos em juros e multas, além da possibilidade de utilização de prejuízo fiscal. Ressaltou-se que, até o presente momento, houve apenas o protocolo do pedido, sendo que a PGFN tem se manifestado em prazo de 6 (seis) a 12 (doze) meses.

5.4. Informações Trimestrais – 1º ITR

Foi informado que, na próxima semana, o material relativo ao 1º ITR do exercício de 2026 será encaminhado aos membros do Conselho de Administração, concomitantemente ao Comitê de Auditoria, de forma que a respectiva aprovação seja formalizada em 03 de novembro de 2026, com a consequente divulgação ao mercado na mesma data, após o encerramento do pregão.

5.5. Regime "Fácil" – B3

O Conselheiro João Carvalho apresentou considerações acerca do regime "Fácil" e do segmento Novo Mercado da B3, que preveem a redução das obrigações periódicas exigidas das companhias abertas, registrando-se, contudo, que a Companhia não se enquadra nos requisitos do referido regime devido ao limite de faturamento bruto anual de R$ 500.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

Encerradas as apresentações, os membros do Conselho de Administração não apresentaram novas dúvidas ou pedidos de esclarecimentos.

6. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes.

São Paulo (SP), 19 de outubro de 2026.

Mesa:

Jose Luiz Mendes Ramos Junior Presidente da Mesa	Vinicius Aló Alves Ferreira Secretário da Mesa

Conselheiros:

José Luiz Mendes Ramos Júnior Membro	João de Saint Brisson Paes de Carvalho Membro

Thalis Leon de Ávila Saint Yves
Membro